



Governo não tem votos para nova Previdência

Enquete da **Folha** mostra que 212 deputados são contra o projeto de Temer

O governo não tem os 308 votos para aprovar a reforma da Previdência, uma das principais bandeiras de Michel Temer (PMDB), na Câmara. É o que aponta enquete realizada pela **Folha** de 27 a 30 de novembro. Nela, 212 deputados declararam que votarão contra a proposta.

Leia mais: [Jornal Folha de S. Paulo – 01/12/2017](#)

Só 42 parlamentares se disseram favoráveis ao projeto. Onze afirmaram ser parcialmente a favor, divergindo em relação à idade mínima e ao limite para acumular pensões. Há 45 indecisos, 15 seguirão a posição do partido, 107 não responderam e 80 não foram localizados.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que “falta muito” para que o governo tenha o apoio necessário.

A proposta, mais enxuta que a original, estabelece idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para aposentadoria.

Outra exigência é de 15 anos de contribuição para trabalhadores do setor privado, como ocorre hoje, e de 25 anos para servidores.

A resistência à reforma deve-se às eleições de 2018. Deputados temem perder eleitores caso apoiem medidas impopulares. **Mercado A17**

Temer passa a contar com votação da Previdência na 2ª semana do mês

Sem contar com apoio suficiente, o presidente Michel Temer adiou para a segunda semana deste mês a perspectiva de votação da reforma previdenciária. A intenção inicial era colocar a proposta em discussão em plenário na próxima quarta-feira (6), mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou a Temer que o placar favorável à iniciativa ainda é inferior aos 308 votos necessários. Segundo levantamento feito pela **Folha**, 210 deputados já declaram que vão votar contra a reforma, o que torna impossível sua aprovação. Veja aqui a intenção de voto de cada deputado. O novo prazo estipulado pelo Palácio do Planalto é apertado, já que o início do recesso parlamentar está previsto para 23 deste mês.

Fonte: [Jornal Folha de S. Paulo – 01/12/2017](#)

Taxa de desemprego cai para 12,2%, aponta IBGE

O desemprego continua em queda no país e a taxa de desocupação no trimestre móvel encerrado em outubro deste ano fechou em 12,2%, índice 0,6 ponto percentual superior ao trimestre anterior. Ainda assim, havia no país em outubro 12,7 milhões de pessoas desempregadas. Foram gerados 868 mil novos postos de trabalho de agosto a outubro deste ano. O trabalho doméstico foi o principal item que contribuiu para a queda na desocupação. No entanto, se considerado apenas o trimestre de agosto a outubro, a taxa de desemprego é a maior da série histórica, iniciada em 2012. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Se comparada a igual período do ano passado, quando a taxa de desemprego era de 11,8%, houve aumento de 0,4 ponto percentual. A população desocupada caiu 4,4% no confronto com o trimestre anterior (menos 586 mil pessoas). Já em relação a igual período de 2016, houve aumento de 5,8% (mais 698 mil pessoas desocupadas). O IBGE indica que a população ocupada fechou o último trimestre móvel em 91,5 milhões de pessoas, um crescimento de 1% em relação ao trimestre de maio a julho deste ano – mais 868 mil pessoas.

Leia mais: [Jornal Diário do Litoral – 01/12/2017](#)

Quase 100% das vagas criadas no setor privado são informais, diz IBGE

Quase 100% das vagas geradas no setor privado neste ano foram informais, segundo análise do IBGE baseada nos dados extraídos da pesquisa Pnad Contínua, divulgada nesta quinta-feira (30) pelo instituto. Os cálculos de Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, são aproximados e demonstram a tendência de informalidade verificada na geração de emprego recente no país. A Pnad Contínua mostra que aproximadamente 2,3 milhões de postos foram criados neste ano de 2017, desde o trimestre iniciado em fevereiro. Destas, Azeredo avalia que cerca de 1,7 milhão são postos voltados para a informalidade, ou seja, é possível afirmar que 76% das vagas geradas dentro do ano têm características informais. O restante foi serviço público (511 mil). O rendimento médio do trabalhador informal foi de R\$ 1.253 no trimestre encerrado em outubro, 42% a menos que a média de todos os trabalhadores, que foi de R\$ 2.127. Houve um leve aumento em relação ao trimestre anterior, quando o informal ganhava em média R\$ 1.197.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 01/12/2017 (online)

Após reforma, sindicatos passam a cobrar para homologar rescisão

A reforma trabalhista, em vigor desde o dia 11, acabou com a necessidade de homologar rescisões de contratos de trabalho nos sindicatos. Algumas entidades, no entanto, mantiveram o serviço e, em alguns casos, passaram a cobrar por ele. As empresas pagam a taxa. A reforma derrubou um trecho da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que proibia a cobrança de taxa pela homologação de rescisão e permitiu expressamente que ela seja feita na empresa, e não mais no sindicato. A homologação é feita para conferir se os direitos – férias, décimo terceiro salário proporcional, multa – foram pagos da maneira correta pela empresa. Manter o serviço é uma das principais demandas sindicais depois da implementação da reforma trabalhista.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 01/12/2017

Brasil tem quase 1 milhão de crianças e adolescentes em trabalho irregular

O trabalho infantil atingia 1,8 milhão de crianças e adolescentes no Brasil em 2016. Cerca de 998 mil delas, em situação irregular. Segundo dados divulgados nesta quarta-feira (29) pelo IBGE, havia, no ano passado, 30 mil crianças entre 5 a 9 anos de idade trabalhando e outras 160 mil entre no grupo de 10 a 13 anos. Nesse grupo dos pequenos, de 5 a 13 anos, 74% não receberam nenhum tipo de renda monetária decorrente do trabalho, sinal de que o dinheiro pode não ter sido a principal causa do ingresso precoce no mundo das obrigações. As conclusões, que estão na Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), desenham um cenário mais grave no Norte, a região com maior proporção de trabalho infantil a ser erradicado. Lá, o nível de ocupação das crianças entre 5 e 13 anos de idade chega a 1,5%. No Sudeste a taxa de ocupação desta faixa etária fica em torno 0,3%. A maior parte são meninos (65,3%), pretos ou pardos (64,1%) e chegam a trabalhar em média 25,3 horas por semana. Segundo a legislação brasileira, a idade mínima para a entrada no mercado e trabalho é de 16 anos. Antes disso, com 14 ou 15 anos é permitido o trabalho apenas na condição de aprendiz.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/11/2017

Renda do 1% mais rico é 36 vezes a da média da metade mais pobre, diz IBGE

Os brasileiros que pertencem ao grupo do 1% da população que tem os rendimentos mais altos receberam em 2016, em média, 36,3 vezes o equivalente ao que foi recebido pela metade da população que ganha menos. A comparação faz parte das conclusões da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que o IBGE divulgou nesta quarta-feira (29), reiterando o quadro de desigualdade entre os estratos sociais e entre as regiões do país. Na fatia do 1% mais privilegiado (à qual pertencem 889 mil pessoas) R\$ 27.085 é o valor que representa uma média da renda mensal real recebida com fruto de trabalhos, enquanto a metade do grupo menos favorecido ficou com R\$ 747 ao mês, já descontada a inflação. Na camada mais inferior, entre os 5% dos brasileiros têm os menores rendimentos, essa média é apenas R\$ 73 mensais.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/11/2017